

Emergência Aérea em Portugal : Quando a “Confusão” Voa Mais Alto que os Helicópteros – Por Amadeu Ricardo

written by Amadeu Ricardo | 8 de Julho, 2025

OCIDADÃO
Análise e Opinião

OPINIÃO
Amadeu Ricardo



A transferência de um doente com um traumatismo craniano de Castelo Branco para Coimbra voltou a colocar os serviços de emergência médica sob os holofotes. Segundo os dados oficiais divulgados pelo Ministério da Defesa, entre o acionamento do helicóptero EH-101 Merlin da Força Aérea Portuguesa (FAP) e a entrega do doente decorreram cerca de 2 horas e 15 minutos – um tempo que, à primeira vista, parece aceitável. Mas quando vamos somar as falhas de comunicação, a incerteza dos procedimentos clínicos e o histórico de atrasos noutros casos semelhantes, a sensação é de que algo está profundamente errado.

Um problema crónico

Relatórios do Tribunal de Contas (2021 e 2023) e da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) apontam para falhas graves na gestão do Sistema Integrado de Emergência Médica.

O relatório de 2023 revelou que:

32% dos pedidos de transporte aéreo entre 2020 e 2022 foram recusados por falta de meios disponíveis.

Os tempos médios da resposta em ambiente não urbano ultrapassaram 75 minutos em várias regiões do interior.

Apenas 7 helicópteros estão efetivamente operacionais em Portugal para as emergências médicas, entre civis e militares, para um país com mais de 90.000 km² de território.

Apesar de tudo, a FAP tem sido, muitas vezes, o elo mais fiável deste sistema frágil. Os seus militares estão preparados, disponíveis 24 horas por dia, e operam sob regras que não controlam: as ordens clínicas vêm do INEM, a ativação depende dos protocolos médicos, e a coordenação entre entidades nem sempre é clara.

A FAP: Instrumento do Estado, não o bode expiatório

Importa salvaguardar o papel da Força Aérea Portuguesa. Em vez de críticas injustas, a FAP merece ser reconhecida como um parceiro essencial que muitas vezes compensa as falhas civis. Os atrasos não estão nas hélices, mas nas decisões clínicas e políticas, que arrastam os tempos de ativação, sem que os comandantes operacionais possam agir com autonomia. O problema não está nos militares, mas na desorganização institucional que os comanda – muitas vezes gerida por políticos mais interessados em parecer activos do que em resolver os problemas.

Comunicação social: cortina ou farol?

Num sistema assim, o papel da comunicação social é decisivo.

Mas é aqui que enfrentamos uma encruzilhada ética: será que a imprensa está a cumprir o seu dever de escrutínio, ou está a tornar-se cúmplice de agendas políticas? Quando os meios de comunicação publicam declarações de ministros e sindicatos sem os confrontar com dados objetivos, não estão a informar – estão a obscurecer.

Exige-se da comunicação social um jornalismo mais profundo, de investigação, que vá para além da manchete e daquele som estridente. Precisamos de jornalistas que exijam relatórios do INEM, que confrontem os diretores clínicos dos hospitais, que revelem quantos helicópteros estão efetivamente operacionais por região e que exponham as verdadeiras razões dos atrasos – sejam elas políticas, clínicas ou orçamentais.

A quem serve o caos?

O colapso gradual da confiança no INEM e no SNS abre espaço para uma inevitável pergunta: quem lucra com isto? Já se veem empresas privadas a oferecer serviços de transporte médico aéreo com as promessas de “zero atrasos” – mediante pagamento, claro. Quando o Estado falha, o medo cresce. E quando o medo cresce, o mercado aproveita.

Não podemos permitir que o direito à vida dependa do bolso dos portugueses. Portugal precisa de um sistema de emergência médica que funcione – com helicópteros civis disponíveis, meios bem distribuídos e decisões clínicas claras e auditáveis.

RESUMINDO, não é o rotor que falha, é o sistema

O helicóptero EH-101 da FAP descolou quando teve autorização clínica. Fez o seu papel. Mas o país não pode continuar a confiar num sistema onde a eficiência depende da sorte, ou da boa vontade de quem, como os militares da FAP, fazem muito mais do que lhe é exigido.

Cabe aos governantes reformar o sistema. Cabe aos jornalistas

investigá-lo. E cabe aos cidadãos exigir que vida de cada um não seja trocada por burocracia ou uma agenda qualquer